

# EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO NO ESPAÇO LOCAL – PONTA GROSSA: INVESTIGANDO O ENSINO FUNDAMENTAL

*Andria Maria Catto Menin<sup>1</sup>*

*Maria Antônia de Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

Com o objetivo de identificar o perfil da educação em Ponta Grossa, buscamos junto ao Núcleo Regional de Educação e a Secretaria Municipal de Educação desta cidade, dados que pudessem ser estudados, analisados e relacionados com as questões políticas econômicas e sociais do contexto atual. Organizamos dados relativos ao número de matrículas efetuadas nos anos de 1999, 2000 e 2001 para as estaduais e nos anos de 2000 e 2001 das escolas municipais. Analisamos os índices de aprovação, reprovação e desistentes, por escola, do ano de 1999 das escolas estaduais, e dos anos de 1999 e 2000, de modo geral, relativo as séries, das escolas municipais. Ainda, referente as escolas municipais, organizamos dados a respeito do número de alunos em “idade de série” e fora da “idade série” do ano de 2001. Esses dados foram tema de discussão junto ao Núcleo de Pesquisa “Desigualdade e Exclusão no Espaço Local”, portanto, um das considerações finais relaciona-se com a visibilidade da exclusão no contexto da educação, no espaço local.

## PALAVRAS-CHAVE

educação, exclusão, espaço local

---

<sup>1</sup>Bolsista PIBIC/CNPq – 2001/2002. Graduada em Pedagogia, Universidade Estadual de Ponta Grossa

<sup>2</sup>Orientadora da bolsista PIBIC/CNPq. Doutora em Educação. Professora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do Programa de Mestrado em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná.

## Introdução

Este texto apresenta o resultado da pesquisa desenvolvida no período de julho de 2001 a julho de 2002, a respeito da educação no espaço local – Ponta Grossa. Faz parte das atividades desenvolvidas junto ao Núcleo de Pesquisa em Desigualdade e Exclusão no Espaço Local. O objetivo central do texto é apresentar os dados empíricos analisados no referido período de pesquisa, bem como as reflexões teóricas acerca da temática desigualdade e exclusão no contexto da educação.

Os objetivos da pesquisa foram: destacar elementos no ensino público local (escolas estadual e municipal) que identifiquem a existência da exclusão no contexto educacional do ensino fundamental. Ainda, localizar os bairros e a sua respectiva Unidades Espaciais de Gestão onde ocorrem os casos significativos que indicam a exclusão escolar, para posterior análise com outros estudos no espaço local. Além disto, a realização de revisão bibliográfica, a respeito dos conceitos e dados sobre exclusão e desigualdade social, constituiu-se num dos objetivos centrais nesta pesquisa.

Os procedimentos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa foram a *análise documental* (documento, sobre o Porte das escolas estaduais, fornecido pelo Núcleo Regional de Educação e dados sobre a estrutura e o funcionamento das escolas fornecidas pelo mesmo e pela Secretaria Municipal de Educação), com o intuito de realizar levantamento de dados sobre a realidade educacional local; bem como *pesquisa bibliográfica e análise de textos* para precisar os conceitos de desigualdade e exclusão.

A caracterização da educação pública no espaço local foi realizada a partir da organização de dados relativos ao número de matrículas efetuadas nos anos de 1999, 2000 e 2001 nas escolas estaduais e nos anos de 2000 e 2001 nas escolas municipais. Analisamos os índices de aprovação, reprovação e desistentes, por escola, do ano de 1999 das escolas estaduais, e dos anos de 1999 e 2000, das escolas municipais.

Identificamos os cargos administrativos, pedagógicos e número de professores das escolas municipais do ano de 2000 e das escolas estaduais do ano de 2001. Caracterizamos o período de funci-

ornamento e o número de turmas dos anos de 2000 e 2001 das escolas municipais e dos anos de 1999 e 2000 das escolas estaduais. Ainda, referente as escolas municipais, organizamos dados<sup>3</sup> a respeito do número de alunos em idade série e fora da idade série<sup>3</sup> do ano de 2001.

Dentre os textos que fundamentaram nossa pesquisa, destacamos as obras de Gentili, Arroyo, Castel, Melo, Yazbek, Montezuma, Bezerra, Souza, Spozati, Carcanholo, Durham e o relatório do PNUD. São autores que contribuem com as reflexões sobre educação e exclusão; educação e cidadania; exclusão social; conjuntura econômica e política educacional.

### **Reflexões sobre educação e exclusão**

A obra *Metamorfoses da questão social*, de Robert CASTEL (1998), apresenta uma análise sobre a temática exclusão social (nova questão social, como denomina) e destaca que a educação faz parte das políticas de inserção que visam ampliar a escolarização, melhorando a formação dos jovens, uma vez que os mesmos constituem um conjunto de empreendimentos capazes de restabelecer o equilíbrio e diminuir a distância em relação a integração social. Para ele, é através da educação que se obtém instrução capaz de reduzir as desigualdades sociais e melhorar as oportunidades. Por outro lado, aqueles indivíduos privados da possibilidade de melhorar suas condições de vida, dentro do sistema capitalista, formam o grupo dos excluídos.

O autor Pablo GENTILI (1995. p. 241) conceitua educação a partir da definição de sociedade democrática, como sendo a ação de assegurar a “igualdade de oportunidades de usar, desenvolver e desfrutar das capacidades que cada pessoa possui”. Constituindo-se na recusa da igualdade de uso, desenvolvimento, controle e desfrute das capacidades individuais a exclusão, efeito das transformações atuais (cultura neoliberal) que aponta a educação como sendo uma propriedade, o direito a educação como um simples direito a propriedade,

---

<sup>3</sup> Idade série – Relação considerada adequada entre a idade do aluno e a série a ser freqüentada no ensino fundamental regular.

transformando a qualidade educacional em um atributo potencialmente adquirido no mercado dos bens educacionais.

Miguel ARROYO (1991) aponta que a atual educação é posta como único e estreito caminho para o reino da liberdade pessoal e participação social, sendo necessário então, simplesmente, garantir “educação para todos”. Esta, pensada como um recurso que delimita e vigia a liberdade conquistada, traz em si a lógica global que educação, cidadania e participação surgiram vinculadas, não aceitando o homem comum como cidadão e sujeito político capaz de defender seus interesses, acabando por legitimar a exclusão à uma grande parcela da população. Segundo este autor, possibilitar educação a um povo é dar condições de tornarem-se sujeitos históricos, promovendo a formação de cidadãos através dos processos que ocorrem no interior das práticas sociais e política. É o que hoje, a escola com o discurso educação para cidadania deveria promover.

Orlinda MELO (1997) apresenta a escola como um instrumento político, utilizado pelos governos brasileiros, que auxilia no controle da sociedade. Uma política que se utiliza dos não alfabetizados mas que ignora os não escolarizados, que exclui ao apresentar a escola como espaço para aprender na língua padrão a ler e escrever, desqualificando a população do exercício da cidadania, do ser “sujeito produtor” de língua e conhecimento e não garantindo o aprendizado da língua padrão dominante. Uma educação que muitas vezes deixa de questionar quem é o homem, o que este homem precisa para se desenvolver como cidadão, para indagar quais as capacidades que cada indivíduo precisa adquirir para que os sistemas das relações econômicas funcione como mecanismo dinâmico, segundo as regras capitalistas atuais.

Poderíamos pensar esses conceitos a partir das políticas de desenvolvimento econômico e as desigualdades de nossa sociedade? A realidade humana, na atual sociedade, é moldada pelas políticas neoliberais globalizantes que trazem como valores máximo o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. No entanto, segundo BEZERRA (1997), essas atuais políticas estão se utilizando de recursos como a descentralização das responsabilidades públicas; a focalização de programas e recursos para atender grupos sociais específicos, como os bolsões de pobreza e a privatização de programas sociais voltados à população carente. Além desses fatores,

YAZBEK (2001, p. 38) apresenta que, o Estado vem fazendo “contenção de gastos na área social pela necessidade de pagamentos dos empréstimos intervencionistas e rolagem da dívida pública que cresceu de 1995 a 1998, cerca de 86,4% (43% do PIB)”, comprometendo a eficácia das políticas públicas pela precariedade das ações intervencionistas de responsabilidade do Estado.

Atualmente podemos constatar ações das Políticas Públicas na área social em programas como *auxílio – gás e bolsa – alimentação* para mães que não têm recursos durante a gestação e no primeiro ano de vida da criança; *bolsa – escola* para cada criança que está na escola e a família não tem renda; erradicação do trabalho infantil, para cada criança que deixa de trabalhar, a família recebe um subsídio. Para esta autora, a atual conjuntura de crise e mudanças deverá acentuar a essas políticas, traços de improvisação e inoperância em nossa sociedade, onde 1% da população mais rica do Brasil detém renda equivalente a dos 50% mais pobres.

Segundo dados do IBGE (2002) 24% da população brasileira recebe até um salário mínimo, 52% da população recebe até 2 salários mínimos e 2,6% recebe mais de 20 salários mínimos e ainda, segundo RELATÓRIO FINAL DO CONGRESSO NACIONAL - (1999, p. 46) um terço da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, “recebendo somente o valor necessário para aquisição de uma cesta de alimentos capaz de atender as necessidades mínimas de nutrição de um indivíduo, geralmente expresso em número de calorias”. Esse fenômeno não se justifica pela insuficiência de renda nacional, pois o Brasil pertence aos 20% dos países com maior renda per capita do mundo, mas se justifica pelo elevado grau de desigualdade social. Países como Tailândia e Malásia, com renda semelhante a nossa, apresentam graus de pobreza inferior a 10% da população.

A educação é apresentada nesse relatório com grande função social, essencial a erradicação da pobreza de nosso país. Dados revelaram que o grau de escolarização é diretamente relacionado com a pobreza. “Enquanto mais de 50% das famílias cujo domicílio é chefiado por pessoas com menos de quatro anos de escolaridade são pobres, apenas 10% das famílias cujo chefe tem educação secundária o são, entre aquelas com escolaridade entre quatro e oito anos, apenas 25% são pobres” (p. 48).

Políticas educacionais contribuem para diminuir as desigual-

dades sociais, é o que um trabalho desenvolvido pelo IPEA (VEJA, 2000, p. 93) mostra, ou seja, que “a garantia de escolaridade de cinco anos para toda a população brasileira faria a miséria cair 6%. A mesma garantia por 10 anos reduziria a pobreza em 13%”.

Proporcionar condições educacionais capazes de inserir os indivíduos no contexto social é uma forma eficiente de aperfeiçoar as desigualdades sociais, exigindo uma postura consciente nas políticas educacionais e dos educadores sobre a real função da educação escolar, devendo essa, para MONTEZUMA (1992, p.128), servir de “instrumento significativo na luta pela conquista da cidadania, uma vez que permite os indivíduos, pela aquisição de conhecimentos relevantes, desenvolver condições subjetivas de análise das diversas realidades que vivência.”

Segundo Boaventura de Sousa Santos, em entrevista à TV Cultura, o grande problema dos sistemas educativos nacionais é reduzir a realidade ao que existe precisamente, o que faz dessa uma reprodutora do conformismo, uma vez que o contexto atual é permeado por muitas realidades que são desqualificadas, seja por ignorância ou por ser conhecimentos não apreciados (conhecimento produzido por experiências populares, indígenas), que não produzem segundo as normas capitalistas, nem tem o mesmo critério de lucro. A sociedade atual produz ativamente realidades que são desqualificadas para não entrar no sistema de ensino regular e essa educação, por mais progressista que seja, seus profissionais acabam por ser agente de conformismo, quando influenciados pelos interesses dominantes. Sendo fundamental para educação ter o objetivo de ver como realmente se produz a realidade da ausência e a da presença. A ausência do discriminado, a ausência do atrasado, ausências que precisam ser trazidas para torná-las presentes. Uma carência, para ele, que precisa ser preenchida.

Dentro das oportunidades educacionais existentes, talvez o caminho seja, como diz FREIRE (2000), fazer da educação uma possibilidade de comparação, de avaliação, de decisão capaz de modificar o presente contexto social, político e econômico vivido pelo educando. Uma educação que inclua o sujeito no contexto social, que dê condições de escolha, que propicie a liberdade de “ser, existir e pertencer” nesta sociedade onde ser excluído não é uma questão de escolha.

Estes dados e reflexões nos remetem à desigualdade e a

exclusão social como sendo privações postas aos indivíduos, quer seja econômicas ou culturais, que precisam ser preenchidas. No espaço local procuramos visualizar a desigualdade e a exclusão a partir da análise do número de matriculados, aprovados e reprovados, também identificando os bairros ou unidade de gestão espacial onde ocorre maior exclusão escolar.

### **A Educação no espaço local**

O sistema de ensino público do município de Ponta Grossa, que oferece o ensino fundamental, é composto de 41 escolas estaduais e 72 municipais num total de 113 escolas, estando as mesmas distribuídas em 16 Unidades Espaciais de Gestão<sup>4</sup>, sendo que tais Unidades reúnem bairros, vilas e comunidades rurais, numa nova reorganização do espaço local, formando pequenos núcleos, mais visíveis às políticas públicas. No entanto, ao analisarmos o número de escolas por Unidade Espacial de Gestão, podemos observar as novas políticas de descentralização e a crescente responsabilidade do município para com as políticas educacionais, principalmente quando verificamos um número maior de escolas municipais que estaduais e a ausência de escolas federais.

É possível pensarmos a exclusão a partir do número de matriculados e aprovados por série das Escolas Municipais em 1999, onde se *constata uma queda significativa do número de matriculados de 1ª à 4ª série*, bem como o crescente número de aprovados entre os que conseguiram permanecer na escola. Este caso confirma-se no ano de 2000 com o agravante de aumentar o número de reprovados em 4,54% em relação ao ano anterior e, em 1999 a média de reprovados de 1ª à 4ª série era equivalente a 18,35% dos alunos matriculados das escolas públicas municipais, em 2000 passou para 22,89% dos alunos.

Das 41 Escolas Estaduais que atuam no ensino fundamen-

---

<sup>4</sup> *Unidades espaciais de gestão* são divisões administrativas feitas no município com o objetivo de melhor administrar os recursos do *orçamento participativo* e a formação dos *conselhos de vilas*. Entendendo aqui *orçamento participativo* como programas efetuados pelos governos do PT onde a população discute a aplicação de parte do orçamento do município e, *conselhos de vila* como um espaço autônomo, permanente e coletivo à participação popular na gestão de Ponta Grossa.

tal, constatou-se no ano de 1999 sete casos de escolas com reprovação ou abandono escolar apresentando índices superiores a 15%. Por uma questão metodológica e de compreensão primeiro apresentaremos as escolas de maior índice de reprovação, depois de desistência e por último com alto índice de reprovação e desistência em uma mesma escola.

A maior taxa de reprovação foi de 18,8% constatado no Instituto de Educação Professor César Prieto Martinez localizado na Unidade Espacial de Gestão Estrela/Ronda próximo ao centro da cidade; depois a Escola Estadual Pe. Arnaldo Jansen e a Escola Estadual Pe. Pedro Grzelczaki, ambas localizadas na Unidade Espacial de Gestão Paraíso/Tarobá, com taxas de 15,7% e 15,4% de reprovação respectivamente; e o Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay, localizado na Unidade Espacial de Gestão Uvaranas, com taxa de reprovação de 15,6%. Relativo aos *casos de desistência* foi constatado um índice de 27,4% no Colégio Estadual Pres. Kennedy, localizado na Unidade Espacial de Gestão Nova Rússia/Boa Vista; índice de 17,7% na Escola Estadual Dorah Gomes Daichman, localizada na Unidade Espacial de Gestão Carvalho/Órfãs. Já o colégio Estadual Prof<sup>a</sup>. Elzira Correia de Sá, localizada Unidade Espacial de Gestão Contorno/Shangrilá, apresentou índice de 16,4% de reprovação e 17,9% de abandono, totalizando 34,4% dos alunos que foram matriculados e não conseguiram inserir-se no sistema educacional, demonstrando a fragilidade do mesmo.

A partir dessas constatações poderíamos, dentro dos discursos educacionais atuais, relacionar quantidade e qualidade com evasão e permanência uma vez que, segundo o MEC, o Brasil está universalizando o acesso ao ensino fundamental, onde 97% das crianças entre sete e 14 anos, independente da fase, estão matriculadas. Isso significa não considerar a distorção “idade e série” que, segundo o IBGE, em 1999 de cada 100 estudantes brasileiros, 72 não estavam na série adequada a sua idade, e nem as 1.105 milhões de crianças entre sete e 14 anos que ainda não têm acesso escolar (3% da população nessa faixa etária).

Acompanhando o discurso sobre a situação da educação nacional no contexto atual poderíamos acreditar que só está faltando a ampliação da qualidade no ensino fundamental, uma vez que o Ministro da Educação Paulo Renato Souza desenvolveu uma gestão técnica



em seus sete anos de atuação, focalizada em criar e incrementar indicadores quantitativos, que foram reconhecidos por órgãos internacionais.

No entanto, ao analisar a estrutura oferecida no espaço local para atender o ensino fundamental constatamos que das 113 escolas (estaduais e municipais), 91 oferecem ensino de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série, todas as 72 escolas municipais e mais 19 das estaduais, totalizando 56,637% das escolas públicas locais. Já o ensino de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série é oferecido por 49 instituições públicas locais, equivalente a 43,36%. Essa relação, quantidade de instituições públicas que oferecem ensino de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série e de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental apresenta-se diretamente ligada ao número de alunos que freqüentam respectivamente tais períodos. No ano de 2000 o número de alunos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, entre escolas Estaduais e Municipais, era de 25.407 alunos, o equivalente a 59,61% dos alunos do ensino fundamental, para somente 17.208 alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série (40,38%).

Dessa forma, poderíamos relacionar o menor número de escolas que oferecem ensino de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série, bem como sua distribuição geográfica, maior distância casa–escola, e a necessidade de transporte, com os elementos que possam estar inviabilizando a efetivação do ensino fundamental regular a uma parcela significativa de alunos.

### **Considerações finais**

Ao final deste ano de pesquisa podemos confirmar a exclusão no contexto educacional instaurado pelas políticas neoliberais, acompanhadas de mudanças culturais, que propagam um discurso de “educação para todos”, da escola aberta e com o conhecimento necessário para a inserção social, dissimulando, segundo MELO (1997), o descaso na educação manifestada pela falta de vagas nas escolas e pelos saberes alienantes e incoerentes as necessidades dos educandos. Dessa forma, também poderíamos refletir a exclusão, segundo ARROYO (1991), a partir da coerência das relações sociais com os interesses políticos que estão por trás do atual pensamento pedagógico anunciado “educação e cidadania”, uma educação utilizada para formar uma

cidadania que atenda os interesses políticos e econômicos pré-definidas pelo sistema liberal.

Mas afinal, quais são as relações entre as novas propostas educacionais e as condições de vida dos alunos? Pensar oportunidade e igualdade de educação pelo aumento gradativo da população na escola, desvinculado da oportunidade econômica, não seria camuflar as disparidades reais e os determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania? A grande parte dos teóricos das ciências sociais e humanas tem apontado a necessidade de des-concentração da renda no país como recurso à efetivação das políticas públicas.

Ao analisarmos o Ensino Fundamental Público constituído de crianças entre sete e 14 anos, faixa etária constitucionalmente obrigatória, no espaço local, visualizamos que a exclusão manifesta-se nos altos índices de reprovação; conseqüente redução do número de alunos em séries consecutivas; altos índices e evasão escolar; número reduzido de escolas que oferecem integralmente o ensino fundamental (1ª à 8ª série); bem como a diminuição do número de alunos que frequentam a escola de 5ª à 8ª série. Individualmente ou no conjunto esses cinco fatores nos trazem a urgência de políticas educacionais efetivas para democratizar o acesso e diminuir a evasão, garantindo a permanência e conclusão do ensino fundamental à todos. SPOZATI (2000, p. 24) sugere que “oito anos de estudos seja considerado um padrão básico de sobrevivência instrucional o qual ainda é inatingível para 50% da população”. Dado de exclusão semelhante a esse, podemos constatar no espaço local ao relacionarmos, no ano de 2000, a gradual perda de alunos de 1ª à 4ª série, totalizando uma perda de 31,77% dos alunos das escolas municipais. Somado ao percentual de 19,23% que é a diferença entre o número de alunos de 1ª à 4ª série e o número de alunos de 5ª à 8ª série de todas as Escolas Estaduais e Municipais teremos um total relativo a 51% de alunos que se perderam no percurso entre a 1ª e 8ª série.

Quais seriam esses fatores que determinam uma realidade excludente? Variantes como falta de recursos financeiros dos alunos e das escolas, orientações pedagógicas inadequadas; números de escolas e vagas insuficientes na localidade, exigindo deslocamento e recursos que muitas vezes não são disponíveis; currículo único, que prejudica a inserção de crianças carentes pelo distanciamento de sua realidade pessoal com a realidade escolar. Esses, dentre outros fatores,

poderiam estar dificultando a efetivação do direito ao ensino fundamental público e gratuito a todos. No entanto, a garantia de um ensino fundamental público, gratuito e de qualidade, capaz de inserir os indivíduos na sociedade, exige investimentos significativos em políticas educacionais.

“Oferecer-nos sem cessar seu juízo próprio como lei não é o melhor meio de formar o nosso”

Rousseau

#### ABSTRACT

Aiming at identifying the profile of education in Ponta Grossa, we searched data which could be studied, analysed and related to the social, economical and political issues in the current context. Our sources of information were the Regional Education Department and the Municipal Education Secretariat in this town. Data concerning the number of pupils enrolled in 1999, 2000 and 2001 in state schools, and in 2000 and 2001 in municipal schools was organized. We analysed the index of promotion, failure and drop-outs, per school, in 1999 in state schools and in 1999 and 2000, in general, related to grades in municipal schools. We also organized data regarding the number of pupils in correct “age/grade” and the ones in “age/grade” mismatch in 2001 in municipal schools. This information was subject for discussion at the Research Group “Inequality and Exclusion in the Local Space”, therefore one of the final topics refers to the visibility of exclusion in the local space educational context.

#### KEY-WORDS

education, exclusion, local space

#### REFERÊNCIAS

ARROYO, G. Miguel. **Educação e Cidadania**: quem educa o cidadão? 3.ed. – 23 Coleções Polêmicas do Nosso Tempo. SP: Cortez, Autores Associados, 1991.

BEZERRA, Francisco Maximiano. O Estado Neoliberal e as Políticas Sociais – O caso Educação. In: **Paradigmas**. -V. 8, n. 5 (jul/ set 97). Universidade de Potiguar, 1997. [p. 41–51].

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.1998.

CORTELLA, Mario Sergio. A sedução dos incautos: Mitos sobre educação precisam

Menin, Andria M. C. & Souza, Maria A. *Educação e exclusão no espaço local - Ponta Grossa...*

ser derrubados para se debater reais necessidades. **Revista Educação**. Editora Segmento. ano 06. nº 61. Maio de 2002. [p.84-85].

DURHAN, Eunice Ribeiro. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. In: **Tempo Social**; Rev. Social. USP, São paulo.11(2): 231 – 254, Out. 1999 (editado em fev.2000).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessário à prática educativa. 15 ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. [p. 228–252].

MELO, Orlinda Carrijo. **Alfabetização e trabalhadores**: o contraponto do discurso oficial. Campinas: Editora da Unicamp; Goiânia, Editora da UFG, 1997. [p. 39–79].

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano.2, n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Gradline, 2001.[p. 33-40].

**CONGRESSO NACIONAL**. Relatório Final. 1999. Brasília - DF.

MENDONÇA, Ricardo. **O Paradoxo da Miséria**. **Revista Veja**. Editora Abril – edição 1735. ano 35. nº 3. 23 de janeiro de 2002. [p. 82-93].

MONTEZUMA, Kleber. Estado, Movimentos Sociais, Cidadania: Primeiras Aproximações. In: **Educação e Compromisso**/ Revista do Centro de Ciências da Educação. – V.4, n.1/ 2 (jan/ dez.1992) Teresina, Universidade Federal do Piauí, Gráfica da UFPI,1989. [p.121–128].

SANTOS, Boaventura de Souza. **Entrevista programa Roda Viva** de 8 de abril de 2002. TV Cultura.

SPOZATI, Aldaíza. Exclusão Social e Fracasso Escolar. In: **Em Aberto** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, V.17, janeiro de 2000. [p.20-32].